



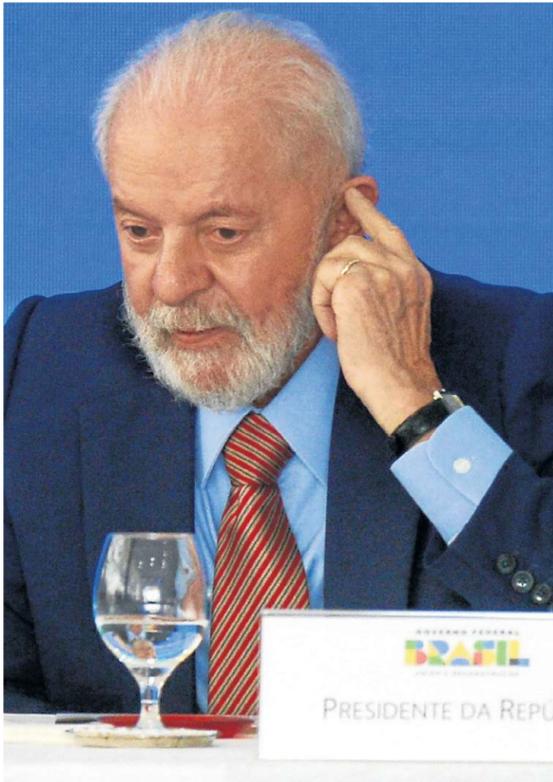
## PODER

# Corte de emendas cria ruído com o Centrão

Veto de R\$ 5,6 bilhões, imposto por Lula, gera atrito entre governo e parte de sua base parlamentar. Lira convoca reunião de líderes

» ALINE BRITO  
» EVANDRO ÉBOLI

Ed Alves/CB/DA.Press



O presidente Lula tenta minimizar o problema criado com o corte

O corte de R\$ 5,6 bilhões feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas emendas de comissão do Congresso Nacional criou um ruído na relação do governo com parte de sua base parlamentar. Deputados ligados ao bloco partidário que compõe o Centrão se queixaram da decisão do petista, e interlocutores entraram em ação para não deixar a divergência avançar.

Lula falou antecipadamente de sua relação com o Congresso e buscou minimizar o problema. Disse que ia explicar aos parlamentares o motivo do veto e incomodou ao comparar a diferença entre seu governo e o de Jair Bolsonaro no trato desses recursos.

“Na questão das emendas, o ex-presidente (Bolsonaro) não tinha governança neste país. Eu vou repetir: ele não tinha governança, quem governava era o Congresso Nacional. Ele não tinha sequer capacidade de discutir Orçamento, porque não queria ou porque não fazia parte da lógica dele. O que ele queria é que deputados fizessem o que eles quisessem”, afirmou, em entrevista à Rádio Metrópole, da Bahia.

O chefe do Executivo comentou que sua relação com os presidentes das duas Casas é democrática e que, se não foi possível aprovar 100% do que o governo queria, esse patamar ficou entre 60% e 70%.

Ante o veto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocou uma reunião de líderes para a próxima segunda-feira. Dois outros temas serão incluídos na conversa: a relação do governo com a bancada evangélica e a questão da reoneração da folha de pagamento, medida provisória editada pelo Executivo no apagar das luzes de 2023.

Um dos vice-líderes do bloco do Centrão, José Rocha (União Brasil-BA), da base aliada, enxerga que o veto de Lula provocou insatisfação. “Vejo como falta de sintonia entre o governo e o Congresso”, disse ao **Correio**.

Do outro lado, o Planalto avaliou que estão criando um problema desproporcional. Um dos vice-líderes do governo no Congresso, o deputado Rubens



**Vejo (o corte de emendas) como falta de sintonia entre o governo e o Congresso”**

**José Rocha (União Brasil-BA), deputado e vice-líder do Centrão**



**Acho que é contornável. A relação foi boa no primeiro ano. A tendência é melhorar”**

**Rubens Pereira Júnior (PT-MA), deputado e um dos vice-líderes do governo no Congresso**

Pereira Júnior (PT-MA) até reconheceu a insatisfação de parte do Parlamento, mas entendeu que é um problema com dias contados. “Acho que é contornável. A relação foi boa no primeiro ano. A tendência é melhorar”, frisou.

Com a reunião, a intenção de Lira é medir o tamanho exato desse problema e mensurar como estão os humores dos deputados antes do início do ano legislativo. O presidente da Câmara recebeu ligações de pelo

Marina Ramos / Câmara dos Deputados



Lira chamou os líderes partidários para reunião na segunda-feira

menos dois ministros do governo explicando que o corte nas emendas — caíram de R\$ 16,6 bilhões para R\$ 11 bilhões — não estava mesmo prevista quando da discussão do Orçamento. Recebeu a explicação de que esses R\$ 5,6 bilhões não foram destinados a nenhum outro tipo de gasto na Esplanada. Foi dito a ele que esse recurso simplesmente não existe.

Se, por um lado, Lula cortou emendas, em outra ponta, o presidente sancionou a destinação de R\$ 4,9 bilhões para financiar as campanhas eleitorais deste ano. Eleger prefeitos é vital para os atuais congressistas tentar garantir seus retornos à Câmara e ao Senado em 2026 — eles formam a base eleitoral desses parlamentares. O PL, de Jair Bolsonaro, e o PT, de Lula, ficarão com os maiores quinhões da bolada. O PL deverá receber cerca de R\$ 860 milhões, e o PT, perto de R\$ 604 milhões.

## Naturalidade

Especialistas ouvidos pelo **Correio** também não entendem existir qualquer crise entre governo e Congresso por conta do veto do presidente da República.

“Ainda não consigo enxergar uma crise institucional. Esse debate em torno do Orçamento é natural, cada poder puxando a corda para o seu lado. O presidente Lula é extremamente experiente e habilidoso politicamente”, destacou José Paes Neto, especialista em direito eleitoral e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político. “Parece-me que vem buscando formar acordos pontuais com o Congresso para aprovar pautas de interesse do governo, em vez de formar uma base mais sólida, o que exigiria concessões maiores. Isso acaba custando caro ao governo em algumas outras pautas, como se tem visto na questão da reoneração da folha de pagamento.”

## Memória

### Emendas impositivas

No início de janeiro, em outro episódio que ampliou o atrito com o Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Um dos trechos vetados tornava obrigatório o empenho de recursos para o pagamento de emendas impositivas em até 30 dias depois da divulgação da proposta. Esse item foi duramente contestado pelo governo enquanto a LDO tramitava no Congresso, por retirar do presidente o poder de definir o fluxo de liberação de emendas.

Agora, os parlamentares articulam um novo modelo de pagamento de emendas. A mudança fará com que o dinheiro seja pago antes do início das obras e sem a análise de um projeto que justifique o investimento. A proposta mexe com repasses da União para estados e municípios, principalmente os que passam pela Caixa, banco controlado pelo PP, partido do presidente da Câmara.

O cientista político Rodrigo Prando também descartou qualquer cenário de crise de maior extensão e preferiu dizer que há dificuldades nesta relação entre Executivo e Legislativo.

“Temos disputas bastante acirradas pelo Orçamento, pelo dinheiro e pelo poder. Lula tem que contornar isso com habilidade política, e ele tem ferramentas para isso. Temos eleições municipais este ano, e qualquer candidato gostaria, desde que no mesmo campo ideológico de Lula, do apoio do presidente nas grandes capitais ou nas cidades de médio porte”, frisou. “Então, ele tem condições de liberar recursos, tem os seus ministros, ele próprio pode trazer apoio político gravando mensagens, estando ao lado desses candidatos. O governo Lula, terá, neste ano de 2024, de negociar cada pauta individualmente”, acrescentou Prando, que é da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

# Haddad defende regulamentar tributária este ano

Diogo Zacarias



Haddad com Appy, ontem, na abertura dos trabalhos do programa

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou, ontem, a importância de que a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo ocorra em 2024, o que vai possibilitar que o calendário de transição previsto seja cumprido.

O reforço foi feito durante a reunião inaugural do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC).

Mais cedo, o chefe da equipe econômica pediu também que os grupos de trabalho que atuam na regulamentação procurem elaborar textos próximos do ideal para facilitar o trabalho dos relatores no Congresso.

Em nota divulgada horas depois, a Fazenda confirmou que o ministro pediu a união de esforços dos integrantes dos GTs para



**Inaugurar a transição do caos tributário para um sistema sustentável para o desenvolvimento da nossa cidadania e economia será um dia histórico para o Brasil”**

**Fernando Haddad, ministro da Fazenda**

a realização do “melhor trabalho possível” na elaboração das propostas.

“Inaugurar a transição do caos tributário para um sistema sustentável para o desenvolvimento da nossa cidadania e economia será um dia histórico para o Brasil”, afirmou o ministro, segundo a pasta.

Haddad exaltou ainda que a

construção do novo sistema tributário é uma oportunidade para criação de um “pacto federativo como nunca se viu no Brasil”.

De acordo com o ministério, o chefe da equipe econômica salientou a importância da reforma para solucionar distorções que penalizam os mais pobres, observando que a migração para o novo sistema contribuirá para

“harmonizar o social com o fiscal”.

Segundo a Fazenda, cerca de 200 pessoas participaram da reunião, entre membros da Comissão de Sistematização, do Grupo de Análise Jurídica, da Equipe de Quantificação e dos 19 Grupos Técnicos que compõem o programa.

“Em sua apresentação, o secretário Bernard Appy enfatizou que quanto mais consenso for obtido nos trabalhos, maior a legitimidade dos projetos que serão enviados ao Congresso Nacional”, disse a pasta.

Ao **CB.Poder**, na terça-feira, Appy se disse otimista com a regulamentação. Segundo ele, as discussões produzirão, pelo menos, três projetos de lei complementares. A expectativa do secretário é elaborar as novas regras em 60 dias e aprovar os PL no primeiro semestre.